

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CAMPUS PETROLINA
EDITAL 001/2023
SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIOS EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

A UPE – Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina tendo em vista o Decreto nº 32.948, de 19 de janeiro de 2009 que institui o Programa Bolsa-Estágio e a Lei do Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que regula sobre o estágio de estudantes e o edital 01/2023, comunica que, em razão utilização das dependências físicas da UPE no dia 23.04.2023 para a aplicação da prova do concurso do Banco do Brasil, **fica alterada a data de aplicação da redação jurídica (prova escrita), para o dia 24.04.2023, com início, impreterivelmente, às 14h30min, no prédio da Universidade de Pernambuco, localizado na Rodovia BR 203, Km 2 s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE, 56328-900 (entrada da escola de aplicação Vande Souza Ferreira, setor administrativo da UPE),** devendo os candidatos observarem as seguintes orientações para comparecimento:

- a) Os Candidatos deverão comparecer ao local designado para aplicação das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.
 - b) Não será permitida a consulta de qualquer tipo de material de apoio, sob pena de exclusão do candidato.
 - c) Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização da prova, a qual deverá ser realizada com a utilização de **caneta esferográfica de tinta preta ou azul fabricada em material transparente.**
- I. Considerando a existência de inconsistências no link para envio da documentação comprobatória da experiência prévia, fica revogada a etapa de avaliação da experiência prévia e correspondente cláusula de barreira, **devendo ocorrer a convocação, via e-mail indicado no ato da inscrição, de todos os candidatos para a aplicação da prova escrita na data acima indicada.**
 - II. **Com a revogação da etapa de avaliação de experiência prévia e convocação de todos os candidatos para etapa da redação jurídica (prova escrita), a ordem de classificação obedecerá estritamente às notas desta última.**
 - III. Serão de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta do seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
 - IV. Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no edital 01/2023.
 - V. Os casos omissos serão resolvidos em caráter irrecorrível pela Procuradoria Jurídica da UPE em Petrolina-PE.

FARLEY KAIQUE GOMES DE SALES
ADVOGADO PÚBLICO EFETIVO DA UPE – MAT. 16810-6
PROCURADORIA JURÍDICA
Campus Petrolina



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CAMPUS PETROLINA
EDITAL 001/2018
SELEÇÃO DE ESTÁGIO EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

ANEXO 01

Conteúdo programático:

- 1. Direito Constitucional:** Noções de Direito Constitucional (Constituição: conceito, objeto, elementos e classificação; Supremacia da Constituição; Interpretação das normas constitucionais). Constituição. Poder Constituinte. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos. Organização do Estado: União, Estados e Municípios. Intervenção nos Estados e Municípios. Da Administração Pública. Dos servidores públicos: Regime Jurídico e Previdenciário. Organização dos Poderes: Legislativos, Executivo e Judiciário. Controle de Constitucionalidade. Advocacia Pública. Finanças públicas na Constituição Federal de 1988 (artigos 163 a 169). Jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- 2. Direito Administrativo:** Noções de Direito Administrativo. Administração Pública: princípios básicos; estrutura administrativa; poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; e poder de polícia. Atos administrativos: conceito; requisitos; mérito; atributos; classificação; espécies; motivação; procedimento administrativo; anulação e revogação. Servidores públicos: direitos; deveres e responsabilidades. Contratos administrativos: considerações gerais; formalização; execução; inexecução; revisão e rescisão. Licitação: conceito; finalidade; princípios; objeto; obrigatoriedade; dispensa; inexigibilidade; procedimento; anulação; revogação e modalidades. Domínio público: conceito; classificação; administração; utilização; alienação; proteção ambiental. Restrições do Estado sobre a propriedade privada: limitações administrativas; ocupação temporária; requisição administrativa; tombamento; servidão administrativa; desapropriação. Responsabilidade civil do Estado. Controle da administração pública: controle administrativo; controle legislativo e controle Judiciário. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- 3. Direito Processual Civil:** Princípios do Direito Processual Civil, Normas Fundamentais do Processo Civil; Aplicação. Função Jurisdicional; Da Jurisdição e da Ação. Competência Interna; Disposições Gerais; Modificação da Competência e Incompetência. Cooperação Jurisdicional Nacional. Sujeitos do Processo: Partes e Procuradores; Litisconsórcio; Intervenção de terceiros. Juiz e Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Atos Processuais: Forma, Tempo e Lugar, Comunicação dos Atos Processuais, Nulidades, Distribuição e Registro, Valor da Causa. Tutela Provisória; Tutela de Urgência e Tutela da Evidência. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo de Conhecimento:



Procedimento Comum, Disposições Gerais, Petição Inicial, Improcedência Liminar do Pedido, Audiência de Conciliação, Audiência de Mediação, Contestação, Reconvenção, Revelia, Providências Preliminares e Saneamento, Julgamento conforme Estado do Processo, Audiência de Instrução e Julgamento, Provas; Disposições Gerais, Provas em Espécie; Sentença, Coisa Julgada, Liquidação de Sentença. Cumprimento de Sentença – Disposições Gerais, Cumprimento Provisória da Sentença e Cumprimento Definitivo da Sentença, Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública, Cumprimento de Sentença: Obrigação de Fazer, Não Fazer e Entregar Coisa, Procedimentos Especiais em Espécie. Da Execução em Geral; Execução Contra a Fazenda Pública; Embargos a Execução; Suspensão em Processo de Execução, Jurisprudência Recente dos Tribunais Superiores. Processos nos Tribunais; Disposições Gerais; Ordem dos Processos no Tribuna; Incidente de Assunção de Incompetência; Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Da Reclamação. Meios de Impugnação das Decisões Judiciais; Recursos – Disposições Gerais; Apelação; Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso Extraordinário, Recurso Especial, Agravo no Recurso Especial e Extraordinário, Embargos de Divergência; Jurisprudência Recente dos Tribunais Superiores. Mandado de Segurança Ação Popular. Ação Civil Pública.

